



BOLETIM DO SINASEFE

Atividades da semana de 10 a 16 de fevereiro



Confira os destaques da semana

PÁGINA 02

Reunião com seções do IFMA sobre assédios

PÁGINA 02

Atuação conjunta das entidades classistas da Educação Federal

PÁGINA 02

SINASEFE se reuniu com Decipex/MGI para discutir demandas dos ex-territórios

PÁGINA 03

SINASEFE na luta contra o Decreto 10620/2021

PÁGINA 04

Moção de Apoio à Ligia Bahia

PÁGINA 04

GT Magistério Federal: informe da reunião de 13/02

PÁGINA 06

5ª reunião da Direção Nacional

PÁGINA 06

200ª Plenária Nacional - Flávio Barbosa, presente!

PÁGINA 06

Medida Provisória 1286/2024

PÁGINA 06

Conselho de Ética

PÁGINA 06

Conselho Fiscal

Reunião com seções do IFMA sobre assédios



A Direção Nacional (DN) está empenhada em enfrentar e superar os casos de assédio em nossos ambientes de trabalho. Com o objetivo de fortalecer essa luta, convidamos as seções sindicais com bases no IFMA para uma conversa sobre ações e estratégias de atuação conjunta.

O propósito da reunião é discutir medidas eficazes para combater os casos de assédio que têm chegado até nós, além de pensar em iniciativas que possam prevenir situações futuras.

A reunião acontecerá no dia 27 de fevereiro, sob organização compartilhada da coordenação geral, da coordenação de políticas para as mulheres e da coordenação de inclusão e acessibilidade.

Atuação conjunta das entidades classistas da Educação Federal

Foto: Eline Luz/Imprensa ANDES-SN



O SINASEFE se reuniu no dia 11/02 com o Andes-SN, visando estreitar relações e retomar agendas conjuntas. O intuito foi fortalecer as ações coletivas e as pautas que ampliem a atuação classista em defesa dos sindicalizados e na luta por melhorias para a Educação.

Foram explicitados pontos de convergência para uma atuação unificada, levantados temas que demandam maior diálogo e encaminhadas agendas para futuras reuniões - que ocorrerão terças-feiras, às 15 horas, com o propósito de ampliar e aprofundar os debates do setor da Educação Federal (que também contarão com a presença da Fasubra).

Foi definido a elaboração de um ofício para o Presidente Lula e também fizemos uma publicação conjunta nas redes sociais, denunciando e cobrando a reedição do Decreto 1590/1995 - para o cumprimento do Termo de Acordo nº 10/2024, no que se refere ao fim do registro de ponto para docentes EBTT, que está engavetado desde outubro na Casa Civil, comandada pelo ministro Rui Costa. Além disso, trocamos experiências sobre temas relativos ao combate às opressões.

Nosso sindicato foi representado no espaço por Eliezer Siqueira (1º tesoureiro), Katiuscia Pinheiro (secretária geral), Manoel Porto Júnior (coordenador geral) e Marlise Vitcel (secretária-adjunta de inclusão e acessibilidade). Fernando Lacerda (2º tesoureiro), Letícia Nascimento (2ª vice-presidenta da regional nordeste 1) e Raquel Dias (1ª vice-presidenta) representaram o Andes-SN.

SINASEFE se reuniu com Decipex/MGI para discutir demandas dos ex-territórios

No dia 11/02, o SINASEFE esteve reunido com o Departamento de Centralização de Serviços Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para tratar de questões relevantes aos servidores dos ex-territórios.



Durante o encontro, foram discutidos diversos temas da pauta dos ex-territórios. O SINASEFE destacou a necessidade de que a Regulamentação da Atividade Docente (RAD) também abranja professores da carreira EBTT dos ex-territórios, garantindo seus direitos e isonomia de condições.

A reunião foi produtiva, e a avaliação do SINASEFE é de que o Decipex demonstrou disposição para envidar esforços na resolução dos problemas apresentados. Seguiremos acompanhando de perto as ações do Governo Lula para garantir que as demandas dos servidores dos ex-territórios sejam atendidas.

Esta audiência foi fruto de pedido dos senadores Chico Rodrigues (PSB-RR) e Randolfe Rodrigues (PT-AP). Seus respectivos assessores, Vera Rodrigues e José Anchieta de Andrade, estavam presentes, acompanharam e auxiliaram nas demandas apresentadas.

Nosso sindicato foi representado na reunião por Flávia Takahashi (coordenadora de pessoal aposentado) e Manoel Porto Júnior (coordenador geral). Duas sindicalizadas também estiveram presentes: Janete do Nascimento (seção Pimenta Bueno-RO) e Lucrécia Iacovino (Sindscope-RJ). O diretor do Decipex, Marco Aurélio Alves da Cruz, foi quem recebeu o SINASEFE.

SINASEFE na luta contra o Decreto 10620/2021

O SINASEFE participou na tarde de 12/02, em Brasília-DF, de uma reunião com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A reunião debateu o Decreto 10620/2021, do (des)governo Bolsonaro, que estabeleceu a norma de centralizar as aposentadorias dos servidores públicos no INSS, proposta que o SINASEFE é radicalmente contrário.

O foco do debate, em especial, foram as aposentadorias dos servidores do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), contando com as presenças dos reitores dos dois IFs - Carlos Guedes (IFAL) e Moisés José (IFRO).



As aposentadorias do IFAL e do IFRO foram centralizadas no INSS, o que tem gerado inúmeros problemas para os servidores

Os reitores apresentaram suas respectivas resoluções de Conselhos Superiores para os distratos dos convênios com o INSS, conforme previsto em cláusula específica dos mesmos.

O SINASEFE explicou minuciosamente o caso e recebeu dos representantes do INSS a informação de que não existe empecilho técnico para a realização da descentralização, mas que essa depende de posicionamento do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) - mais especificamente da Diretoria de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde, vinculada à Secretaria de Relações de Trabalho.

Os reitores e o SINASEFE manifestaram que vão cobrar respostas do MGI para que aposentadorias e pensões voltem a ser geridas pelo IFAL e pelo IFRO, garantindo equidade com as demais instituições da Rede Federal de Educação.

Vale salientar que os processo de centralização previsto no Decreto 10620/2021 encontra-se suspenso até 31 de dezembro de 2025, por força do Decreto 9538/2024 – que substituiu o Decreto 11756/2023 (o qual suspendia essa centralização até o final do ano passado).

Nosso sindicato foi representado no espaço por Andréia Pinsan (secretária-adjunta de comunicação) e Manoel Porto Júnior (coordenador geral). Yuri Buarque (presidente do Sintiefal-AL) também esteve presente na reunião.

Moção de Apoio à Ligia Bahia



O SINASEFE manifesta seu apoio à médica e pesquisadora Ligia Bahia, somando-se à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e à Academia Brasileira de Ciências (ABC) em defesa de sua trajetória e integridade profissional, frente ao assédio jurídico e às acusações infundadas movidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Ligia Bahia possui uma trajetória exemplar e dedicada à defesa da saúde pública, da ciência e dos direitos humanos. Seu trabalho, reconhecido nacional e internacionalmente, reflete um compromisso inabalável com a justiça social, a ética médica e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua atuação acadêmica e profissional tem sido fundamental para avanços na área da saúde coletiva e para a promoção de políticas públicas baseadas em evidências e comprovações científicas.

As acusações do CFM decorrem de manifestações públicas de Ligia Bahia, nas quais ela criticou de forma legítima e fundamentada o posicionamento do Conselho durante a pandemia de COVID-19, especialmente em relação ao apoio ao uso da cloroquina, prática sem comprovação científica e amplamente rejeitada pela comunidade científica internacional. Além disso, Ligia Bahia questionou o posicionamento do CFM contrário à legislação que garante o direito ao aborto em casos de estupro, uma pauta essencial para a proteção dos direitos das mulheres e meninas vítimas de violência.

O SINASEFE entende que as críticas feitas por Ligia Bahia são necessárias e urgentes, especialmente em um contexto em que a ciência e a saúde pública foram atacadas por negacionismos e interesses políticos. Repudiamos qualquer tentativa de criminalizar ou silenciar vozes que, como a de Ligia, defendem a vida, a legislação, a dignidade humana e o acesso universal à saúde.

Portanto, o SINASEFE reafirma seu apoio à médica Ligia Bahia e repudia veementemente as acusações do CFM, que representam um ataque à liberdade de expressão e ao pensamento crítico. Defendemos o direito de Ligia Bahia e de todos os profissionais da saúde e da ciência de se manifestarem em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e baseada em evidências científicas.

Pela ciência, pela saúde pública e pelos direitos humanos!

GT Magistério Federal: informe da reunião de 13/02



Foi realizada em 13/02, em Brasília-DF, a 2ª reunião do Grupo de Trabalho (GT) do Magistério Federal, junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Na reunião, o Governo afirmou que a alínea “c” da cláusula 4ª do Termo de Acordo nº 10/2024 (critérios uniformes para a Progressão Docente) estava solucionada no âmbito do Ministério da Educação (MEC).

Logo após, disse que o tema que foi estabelecido como prioritário (o reposicionamento dos aposentados) não poderia ser tratado por conta da não realização do estudo de impactos financeiros.

A bancada sindical mostrou descontentamento, visto que a primeira reunião aconteceu 112 dias antes (em 23/10/2024) e, mesmo com toda a demora, nenhum estudo foi apresentado sobre o tema.

O SINASEFE reclamou que, com a previsão de aglutinação do início da carreira, entre os níveis D101, D102, D201 e D202, um professor com nove anos de serviço estará no mesmo nível da maioria dos aposentados. O Governo salientou que limitações orçamentárias tendem a aumentar e que o impacto da medida é muito grande. Seguimos cobrando os cálculos!

Quanto à lateralidade - que significa que, quando da realização de um novo concurso para outra Instituição Federal de Ensino, o docente possa levar seu atual estágio na carreira, ao tomar posse - o Governo alegou haver posicionamento contrário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Salientamos que tal posicionamento não se refere às nossas carreiras e que a própria Advocacia Geral da União (AGU) poderia provocar um posicionamento do Governo. Se necessário, altera-se a lei 12772/2012 (que trata da carreira), aproveitando-se do Acordo da Greve 2024 e da nossa mobilização.

Representantes do governo indicaram que procurássemos parlamentares, quando rebatemos que a chancela do Governo daria condições melhores para o atendimento de nosso pleito

Com relação à IN 15/2022 (Ministério da Economia), que trata da concessão do adicional de insalubridade, o Governo começou dizendo que não tinha condições de revogar e que ela se baseava em regras da iniciativa privada. Salientamos que uma regra que faz retroceder direitos dos trabalhadores não deveria ser mantida por um Governo progressista - o qual deveria realizar um “revogaço” das medidas de Bolsonaro!

Após ouvir duras críticas, o Diretor de Benefícios, Previdência e Atendimento à Saúde do MGI afirmou que estão trabalhando para alterar a IN 15/2022. Falamos das dificuldades vividas nos locais de trabalho, sobretudo pela caracterização de exposição eventual, citando vários casos concretos.

Por fim, cobramos com muita veemência a reedição do Decreto 1590/1995, que trata do controle de frequência para docentes EBTT e que já deveria ter sido publicada imediatamente após assinatura do Termo de Acordo

Tanto MGI quanto MEC informaram que o documento encontra-se na Casa Civil desde outubro de 2024 e que tentariam resolver isso.

Aproveitamos para cobrar dos membros do MEC a publicação da Portaria de recomposição do Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) e da Portaria da nova Regulamentação da Atividade Docente (RAD) - que substituirá a Portaria 750/2024 (que revogou a 983/2020).

O SINASEFE foi representado na reunião por Manoel Porto Júnior (coordenador geral) e Rafael Bernardo (coordenador de pessoal docente).



5ª reunião da Direção Nacional



A gestão 2024-2026 da Direção Nacional (DN) realizou sua 5ª reunião (a 2ª de modo presencial) nos dias 13 e 14 de fevereiro, em Brasília-DF.

Entre as pautas, estiveram deliberações sobre os Acordos da Greve 2024, encaminhamento do Plano de Lutas, Encontros Regionais, questões organizativas e orçamentárias.

A DN também encaminhou uma série de medidas para reduzir custos, além de uma proposta de Plano de Lutas que foi apreciada pela 200ª PLENA.

200ª Plenária Nacional - Flávio Barbosa, presente!



Foi realizada de 14 a 16 de fevereiro a 200ª Plenária Nacional do SINASEFE, que aconteceu de maneira híbrida - presencial em Brasília-DF e virtual via Zoom.

A 200ª PLENA teve como sede o San Marco Hotel, no Setor Hoteleiro Sul. Este foi nosso primeiro fórum de base de 2025 e realizou uma homenagem a Flávio Barbosa, companheiro que tanto colaborou com nossa entidade, sobretudo na luta por condições dignas de trabalho para os servidores civis das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa.

Flávio faleceu no dia 30 de novembro de 2024 e a 200ª PLENA foi nomeada como "Plenária Nacional Flávio Barbosa, presente!".

A cobertura completa do fórum está em nosso portal e perfis de redes sociais.

Medida Provisória 1286/2024



Até o momento, 517 emendas foram apresentadas à MPV 1286/2024.

A implementação do reajuste salarial conquistado pela nossa categoria, após intensa mobilização e longa greve dos servidores públicos da Educação Federal, ainda depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que vem sendo usada como chantagem para liberação de emendas parlamentares.

Conselho de Ética

A gestão 2024-2026 do Conselho de Ética do SINASEFE se reunirá em Brasília-DF.

O encontro acontecerá de 9 a 15 de março, com a participação presencial de três membros do Conselho.

Conselho Fiscal

A gestão 2024-2026 do Conselho Fiscal do SINASEFE se reunirá em Brasília-DF.

O encontro acontecerá de 17 a 21 de março.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação digital do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Fechamento desta edição às 19h08min de 16 de fevereiro de 2025

Textos sob responsabilidade de:



Eliezer Siqueira

1º tesoureiro



Katiuscia Pinheiro

Secretária geral



Manoel Porto Júnior

Coordenador geral



Marlise Vitcel

Secretária-adjunta de
inclusão e acessibilidade

Diretoras de Comunicação:



Raquel Nepomuceno

Secretária



Andréia Pinsan

Secretária-adjunta

Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Scarlett Rocha

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br